

# **Práticas sociais, trabalho e cultura: ancestralidade, produção do conhecimento e organização das comunidades negras quilombolas do Paraná.**

Domingos Leite Lima Filho y Maria do Socorro Gomes Araujo.

Cita:

Domingos Leite Lima Filho y Maria do Socorro Gomes Araujo (2007). *Práticas sociais, trabalho e cultura: ancestralidade, produção do conhecimento e organização das comunidades negras quilombolas do Paraná. XXVI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Guadalajara.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-066/1011>

# **Práticas sociais, trabalho e cultura: ancestralidade, produção do conhecimento e organização das comunidades negras quilombolas do Paraná**

**LIMA FILHO, Domingos Leite<sup>1</sup>**

**ARAUJO, Maria do Socorro Gomes<sup>2</sup>**

## **Índice:**

1. Introdução
2. Procedimentos metodológicos: estratégias de aproximação e abordagem do objeto de pesquisa
3. Quilombos e Quilombolas: algumas questões conceituais
4. Comunidades Negras rurais tradicionais e remanescentes de quilombos no Estado do Paraná
5. Considerações finais

## **1. Introdução**

O presente trabalho está inserido nas atividades de identificação, caracterização e resgate da identidade e da sustentabilidade de vida comunitária das comunidades negras quilombolas do Estado do Paraná, como parte e continuidade do projeto de pesquisa sobre a realidade socioeconômica educacional e cultural das Comunidades Negras do Estado do Paraná, que vem sendo desenvolvida, desde 2005, envolvendo pesquisadores de distintas universidades, grupos de trabalho, órgãos dos governos federal e estadual do Paraná. A referida pesquisa busca contribuir com informações e referenciais de bases para a concepção, construção e implantação de políticas públicas no âmbito das referidas comunidades e de sua autosustentabilidade com respeito às questões culturais, ambientais, sócio-econômicas e educacionais. Dessa forma, o foco da pesquisa estará centrado na vida social destas comunidades, buscando-se uma aproximação à história e à contemporaneidade representados nas práticas sociais, trabalho e cultura das diversas comunidades negras localizadas no Paraná,

---

<sup>1</sup> Doutor em Educação, Professor do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia – PPGTE, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR. Email: [domingos@utfpr.edu.br](mailto:domingos@utfpr.edu.br)

<sup>2</sup> Historiadora e fotógrafa, Revista Africaxé. Email: [msocorroga@ig.com.br](mailto:msocorroga@ig.com.br)

retratando processos e objetos de trabalho, religiosidade, educação, saúde, costumes, alimentos e culinária, em que se manifestam a ancestralidade dos saberes e fazeres destas comunidades e sua influência na produção do conhecimento e da vida. Enfim, buscar-se-á mostrar a íntima relação destas expressões como práticas de identidade, afirmação e resistência cultural e, através dessas múltiplas dimensões, revelar e destacar a força e influência da cultura de origem africana na formação social do Paraná e do Brasil.

Dessa forma, o trabalho relata parte da produção da pesquisa, ainda em desenvolvimento, cujo objetivo geral é o de identificar as características e as demandas sociais das comunidades negras quilombolas do Paraná e seus elementos de identidade cultural manifestados em suas práticas sociais de trabalho, religiosidade, educação, saúde, costumes, alimentos e culinária. Nesse sentido, destacam-se como objetivos específicos: identificar as necessidades sociais e coletivas dessas comunidades e apoiar a viabilização de implantação de políticas públicas para o atendimento destas demandas; contribuir com a organização social destas comunidades mediante articulação entre as associações quilombolas visando à capacitação de suas lideranças para a concepção, definição, acompanhamento da execução e avaliação das políticas públicas a serem implantadas nestas comunidades; e investigar as condições existentes e necessárias para a interação e troca de conhecimentos e experiências entre as diversas comunidades negras quilombolas e destas com a sociedade civil.

Este trabalho apresenta os resultados alcançados até o presente, no que se refere à revisão bibliográfica, análise documental, levantamento fotográfico e de filmagens da realidade vivenciada pelas comunidades negras quilombolas do Estado do Paraná. Apresentamos também o delineamento geral das atividades em execução e planejadas (oficinas nas comunidades) para as fases seguintes do projeto de pesquisa.

## **2. Procedimentos metodológicos: estratégias de aproximação e abordagem do objeto de pesquisa**

A pesquisa está sendo desenvolvida mediante as atividades dos pesquisadores com a participação direta da comunidade, podendo-se configurá-la como do tipo pesquisa-ação. Constitui um conjunto de atividades qualitativas e quantitativas de natureza interpretativa, de fundo simultaneamente teórico, empírico e aplicativo, utilizando-se de análise documental,

pesquisa bibliográfica, observação direta em campo, de entrevistas e outras formas de coleta de dados e de atividades participativas comunitárias, tais como reuniões, oficinas e outras.

Os trabalhos iniciaram com o delineamento dos referenciais teóricos e metodológicos que orientaram a equipe executora identificando-se as principais linhas de discussão e produções teóricas atuais sobre a temática. Prosseguiram com a análise documental, na qual foram estudados as informações e documentos disponíveis sobre as comunidades que serão pesquisadas, bem como a análise das políticas públicas existentes e relacionadas à temática das políticas de promoção de igualdade racial, buscando-se identificar suas concepções, diretrizes e procedimentos normativos para implementação. Na seqüência, estão sendo desenvolvidos os trabalhos de campo, mediante coleta de dados e realização de oficinas e reuniões nas comunidades. Os dados coletados estão sendo decodificados e agrupados em categorias de acordo com a semelhança das falas, conforme o preconizado nas técnicas de análise de conteúdo, através da descrição das falas e interpretação dos discursos.

O levantamento, estudo e discussão coletiva da bibliografia pertinente à temática por objetivo a identificação, caracterização e apreensão por parte da equipe executora do projeto dos referenciais teóricos e metodológicos que nortearão as atividades. Tratamos de analisar coletivamente e produzir uma síntese de textos e documentos que tratam das linhas gerais de conhecimento sobre as comunidades quilombolas e sua realidade no Brasil e, particularmente, no Paraná.

A análise documental teve por objetivo a identificação, caracterização e apreensão por parte da equipe executora do projeto dos termos relativos aos documentos que definem as comunidades quilombolas no Brasil e no Estado do Paraná e das Políticas Públicas Federais e Estaduais relativas à questão quilombola.

Com relação às atividades nas comunidades quilombolas é importante destacar a programação de:

- Oficinas para resgate de memória:

Estas atividades consistirão em realização de oficinas com os membros da comunidade onde serão resgatados e repassados pelos mais velhos às gerações mais novas, através da oralidade / memória, a própria história da comunidade, de suas origens e formação, desde os tempos mais antigos à atualidade. Estas oficinas, como as demais, serão documentadas mediante

fotografias, filmagens, gravações e anotações feitas pelos membros da equipe e da própria comunidade presente, garantindo-se à comunidade a autoria na realização destes resgates;

- Oficinas para repasse de tradições de festas, danças, músicas e costumes:

Buscar-se-á a participação dos mais idosos e dos grupos e/ou pessoas das comunidades que guardam e praticam estas tradições (velhos, músicos, cantadores, brincantes etc) para a identificação, caracterização e repasse destas tradições, visando ao seu fortalecimento e revivenciamento na própria prática de sua comunidade;

- Identificação e caracterização das práticas de trabalho:

Buscaremos uma identificação e caracterização mediante a aproximação à história e ao cotidiano presente, representados nas práticas, instrumentos, ferramentas e objetos de trabalho destacando a íntima relação destas expressões como práticas de identidade, afirmação e resistência cultural e, através de suas múltiplas dimensões sócio-econômicas e culturais.

- Identificação e caracterização das tradições da culinária:

Aqui trataremos não somente de identificar e caracterizar os alimentos e sua preparação, mais também compreender o seu simbolismo e significado e os processo de interação que se desenvolvem no seu preparo, mediante a integração dos vários membros da comunidade e da família, envolvendo as diferentes gerações, mulheres e homens, atividades da casa e do campo e outros trabalhos.

- Práticas comunitárias e ancestrais de medicinas e saúde espiritual e física:

Trataremos aqui do repasse de identificar, caracterizar e buscar o repasse das tradições relativas ao uso e significado de ervas medicinais, rezas, benzeduras e outras práticas, objetos e formas de tratamento da saúde física e espiritual das pessoas da comunidade, bem como apreender como as comunidades valorizam e dignificam estas pessoas que guardam esse conhecimento. É importante também destacar aqui que os conhecimentos destas práticas medicinais ficarão restritos às comunidades, não sendo objeto de publicação, tendo em vista a necessidade de protegê-las do processo de expropriação desse conhecimento que via de regra é praticado pela indústria farmacêutica, alimentícia e outras.

- Relação com o meio ambiente:

O trabalho buscará evidenciar a importância das práticas ancestrais realizadas por essas comunidades na preservação ambiental e no manejo sustentável dos recursos naturais nos quais as comunidades quilombolas estão inseridas, destacando a importância de sua

preservação como forma de garantia da qualidade de vida autônoma, sustentável e comunitária.

- Identificação das tradições de religiosidade:

Buscaremos identificar a dimensão simbólica dos elementos de preservação das raízes e religiosas, mediante a caracterização de seus cultos e ritos, como formas de expressão cultural que contém essência de celebração ancestral.

- Identificação e práticas relativas ao mundo da infância e sua interação:

Estas oficinas tratarão de resgatar as práticas educativas e de socialização das crianças na família, nos espaços comunitários, nas práticas de trabalho familiar e coletivo, observando as dimensões lúdicas destes processos e sua ligação com a ancestralidade.

- Reuniões comunitárias para organização sócio-econômica e cultural:

Estas atividades serão realizadas buscando envolver todas as pessoas da comunidade e suas lideranças, especialmente em torno de suas organizações quilombolas, como, por exemplo, as associações quilombolas, com vistas a discutir e decidir coletivamente sobre concepções e ações que envolvam os interesses gerais da comunidade para a identificação das demandas e implementação das políticas públicas.

Com relação aos trabalhos programados para as diversas oficinas acima descritas, os dados coletados nas diversas comunidades mediante apontamentos, filmagens, fotografias, coleta de documentos disponíveis serão objeto de tratamento e análise para a elaboração de relatórios preliminares para cada comunidade trabalhada. Em seguida estes relatórios preliminares serão apresentados e discutidos nas respectivas comunidades com vistas ao conhecimento, validação e autoria. Na seqüência, os relatórios preliminares de cada comunidade serão compatibilizados, buscando-se verificar as incidências comuns, e produção de relatórios parciais e cumulativos do conjunto das comunidades, objetivando subsidiar a elaboração de políticas públicas. Buscar-se-á preservar nos relatórios as falas e modos de expressão característicos das comunidades, de forma a permitir-lhes a identificação de autoria, compreensão própria e compartilhamento de relatos e textos entre as diversas comunidades.

### **3. Quilombos e Quilombolas: algumas questões conceituais**

Como uma síntese da revisão bibliográfica realizada, alinharemos aqui alguns elementos conceituais que definem os quilombos e as comunidades negras quilombolas.

O termo remanescente de quilombo indica a situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos e é utilizado para designar um legado, uma herança cultural e material que lhe confere uma referência presencial no sentimento de ser e pertencer a um lugar específico. Este sentimento de pertença a um grupo e a uma terra é uma forma de expressão da identidade étnica e da territorialidade, construídas sempre em relação aos outros grupos com os quais os quilombolas se confrontam e se relacionam.

Entretanto, é bastante antiga a primeira definição em documento oficial que temos acerca do termo quilombo. Em resposta ao Rei de Portugal, em 1740, o Conselho Ultramarino definiu quilombo como “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”.<sup>3</sup>

Esta definição do período colonial e imperial, que traz como pressuposto a formação de comunidades quilombolas somente a partir de escravos fugitivos e longe dos domínios da grande propriedade, chega aos nossos dias. No entanto,

É importante lembrar que houve escravo que não fugiu, que permaneceu autônomo dentro da grande propriedade e com atribuições diversas, houve aquele que fugiu e foi capturado e houve aquele que não pôde fugir porque ajudou os outros a fugirem e o seu papel era ficar (Relatório, 2003, p. 8).

Dessa forma, a garantia do direito à terra e os direitos daí decorrentes, trazida pela Constituição Federal de 1988, deve abranger todos os casos acima apresentados, com o seguinte teor:

Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos (BRASIL, 1988).

Ao lado deste preceito, o governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva deu um passo adiante nessa questão legal e conceitual pela edição do Decreto n. 4.887, de 20 de novembro de 2003, que “Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias”. No referido Decreto lê-se:

---

<sup>3</sup> In: A situação dos direitos humanos das comunidades negras e tradicionais de Alcântara. O direito à terra e à moradia dos remanescentes de quilombos de Alcântara, MA – Brasil. Relatório da Missão da Relatoria Nacional de Direito à Moradia Adequada e à Terra Urbana (2003).

Art. 2º. Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

§ 1º. Para fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da comunidade.

§ 2º. São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.

§ 3º. Para a medição e demarcação das terras, serão levados em consideração critérios de territorialidade indicados pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sendo facultado à comunidade interessada apresentar as peças técnicas para a instrução procedimental (BRASIL, 2003).

A riqueza deste preceito constitucional (Artigo 68, CF 1988) e do dispositivo legal (Decreto n. 4.887/2003) é que buscam preservar exatamente o que é mais significativo da vida do quilombola: sua atividade permanente baseada em relações de ancestralidade de manejo sustentável da terra e de seus recursos naturais, com vistas a suprir indefinidamente sua subsistência material, social e cultural. Em síntese, a vida do quilombola é a própria vida da terra que habita.

Esta era a vida quilombola, dos milhares de Palmares espalhados pelo Brasil, descrita na singela estrofe de um cordel que ao ressaltar o sonho de liberdade e a dureza da luta para conquistá-la, descreve também a beleza, fartura e alegria da vida nesses quilombos, com o que se homenageia os negros quilombolas que participaram da Guerra da Balaiada, uma das maiores revoltas populares ocorridas em nosso país, no Maranhão, entre 1838 e 1841:

Esses negros organizados  
Chamados de quilombolas  
Viram na Balaiada  
Que era chegada a hora  
Da liberdade sonhada  
Renascer naquela aurora.

Cosme Bento das Chagas  
Logo então se destacou  
E lá de Lagoa Amarela  
Três mil negros libertou  
E com tal valentia cega  
A Balaiada engrossou.



No quilombo da Lagoa Amarela  
A negada tudo tinha  
Caça assada no espeto  
Feijão, arroz e farinha  
Água fria do Rio Preto  
Ervas medicinais e mandinga ((CRUZ, 1998).

Portanto, estas comunidades constituídas por terras de uso comum, com uma diversidade de apropriação dos recursos naturais (solo, hídricos, e florestais) em que diferentes categorias de trabalhadores e trabalhadoras rurais trabalham e mantêm a vida, reproduzindo práticas e saberes ancestrais e produzindo novos conhecimentos e formas de existência.

Fatores étnicos, de parentesco e de sucessão configuram um sistema político-organizativo, sócio-econômico e étnico-cultural complexo e extremamente singular, com práticas e representações próprias. Esta base complexa estrutura a noção de territorialidade própria, que define a totalidade destas comunidades como um “território étnico” (ALMEIDA, 1988).

É importante atentar para as diferentes categorias de trabalhadores rurais e para as múltiplas formas pelas quais os quilombolas estabeleceram seu vínculo originário com a terra. Nesse sentido, referindo-se às origens das comunidades camponesas situadas na área do Estado do Maranhão, encravada entre a Baía de Cumã e a Bahia de São Marcos, ALMEIDA, apud DENÚNCIA (2001) destaca a constituição múltipla destas populações: “índios desaldeados, quilombolas, famílias de ex-escravos sob regime de aforamento, ex-escravos domésticos e demais moradores das fazendas de ordens religiosas e ex-escravos tornados herdeiros por força de disposições testamentárias e de atos de doação”.

Estas distintas composições irão dar origem a denominações diversas, tais como as “terras de santo” e “terras de santíssimo”, relativas às terras abandonadas pelas ordens religiosas. Quando a origem ocorre por doações a ex-escravos ou escravos libertos denomina-se “terras de preto”, equivalente aos conceitos de quilombo ou “mocambo” (ALMEIDA, 1988).

As sucessivas gerações, transferências, apossamentos, relações de parentesco que se entrelaçam e promovem interpenetrações de domínio entre as diversas comunidades, com troca e compartilhamento de produções associadas, dão uma unidade socioeconômica e étnico-cultural a essas comunidades, formando um complexo social, isto é, a “territorialidade étnica” das comunidades negras rurais remanescentes de quilombos.

#### **4. Comunidades Negras rurais tradicionais e remanescentes de quilombos no Estado do Paraná**

Dando continuidade à constituição dos referenciais teóricos e metodológicos da pesquisa os trabalhos de revisão bibliográfica e análise documental buscaram aprofundar estudos e sínteses tendo em vista a importância da superação de equívocos e de elementos do senso comum relacionados à questão das comunidades negras rurais tradicionais e remanescentes de quilombos no Brasil e, de modo particular, no Estado do Paraná. Concretamente, apresentamos aqui nossa síntese referente a três dessas questões:

- O que entendemos por comunidades tradicionais no Brasil e, de modo geral, quem são elas?
- O que significa comunidades tradicionais quilombolas, qual a sua origem e suas características principais?
- Existem comunidades quilombolas no Paraná? Quais são e onde estão?

O conhecimento superficial, muitas vezes com traços de discriminação étnica e sócio-cultural, costuma confundir comunidade tradicional como comunidade atrasada, primitiva, destituída de conhecimentos e outros adjetivos que atribuem características de negatividade ou de atraso a estas comunidades. De forma semelhante, o viés do senso comum costuma associar os termos quilombo e quilombola como uma mera referência a um passado histórico da colônia e que teve o seu fim com a libertação dos escravos e o esgotamento da monarquia. Assim, para muita gente os quilombos e os quilombolas seriam coisas do passado, algo que existiu isoladamente em alguns pontos do vasto território nacional, e que nos dias de hoje não existem mais. Por fim, com relação à terceira questão, há também um certo entendimento de que a presença de populações negras na região que hoje corresponde ao Estado do Paraná foi e segue sendo inexpressiva e muita gente pensa que jamais existiram quilombos no Estado do Paraná.

Quando se observa a realidade mais de perto é fácil constatar o quanto esses entendimentos são equivocados. Com certeza, existem razões e condições que levaram e levam a esses enganos e distorções. O conhecimento distorcido ou o desconhecimento não são frutos do acaso ou de uma condição natural. A falsa percepção da realidade resulta de um passado histórico, com fortes marcas ainda em nosso presente, de concepções sociais elitistas

que visam manter sob condições de invisibilidade e de subalternidade estas comunidades ditas tradicionais, sua gente e suas práticas culturais ancestrais.

É, portanto, como contribuição aos esforços de superação da invisibilidade e subalternidade produzidas por relações sociais das quais as comunidades tradicionais são vítimas, que trazemos ao público a presente publicação, com os textos e imagens que a acompanham.

No que se refere à primeira questão, assumiremos aqui o conceito adotado pela Proposta de Política Nacional para Povos e Comunidades Tradicionais. Esta considera que “os povos e comunidades tradicionais são culturalmente diferenciados e se reconhecem como tais; possuem formas próprias de organização social, ocupam e usam o território e recursos naturais para sua reprodução social e econômica utilizando inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição”.<sup>4</sup>

Na perspectiva dessa conceituação, são exemplos de povos ou comunidades tradicionais os povos indígenas, os quilombolas ou remanescentes de quilombos, os caiçaras, ciganos, ribeirinhos, pescadores artesanais, caboclos, sertanejos, caipiras, seringueiros, pantaneiros, quebradeiras-de-coco, jangadeiros, campeiros, marisqueiros, faxinalenses, dentre outros.

É importante destacar algumas características básicas destas comunidades tradicionais:

- a auto-identificação e auto-reconhecimento;
- a interação face-a-face e o trabalho/atuação;
- a utilização em comum do território e dos recursos naturais do meio com base em conhecimentos e práticas geradas e transmitidas pela tradição, mediante formas próprias de organização.

Considerando estes referenciais, entendemos que os povos e comunidades tradicionais são populações que manejam recursos socialmente relevantes e que em suas práticas e tradições sócio-culturais e ambientais produzem e conservam parte significativa do patrimônio material e imaterial da nação.

Nessa perspectiva é que a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais definiu como objetivos prioritários ações que procuram dar

---

<sup>4</sup> Documento Base para a III CONSEA-2007. Disponível em <[www.planalto.gov.br/CONSEA](http://www.planalto.gov.br/CONSEA)>, acesso em 09.03.2007.

visibilidade às comunidades tradicionais, incluí-las em políticas públicas e qualificar as ações do governo dirigidas ao atendimento destas populações.

Quanto a segunda questão referida anteriormente, consideramos que as comunidades quilombolas constituem historicamente um contingente importante das comunidades tradicionais existentes em nosso país. Hoje, conforme os registros da Fundação Palmares, existem cerca de três mil comunidades quilombolas ou remanescentes de quilombos espalhados por todas as regiões e Estados da federação (FUNDACAO PALMARES, 2006).

Como sabemos, o conceito de quilombo surge no Brasil colonial e atravessa a nossa história, designando os territórios onde se refugiavam e se organizavam negros africanos que se insurgiam contra a situação de escravidão instalada pela colonização portuguesa.

Conforme LIMA FILHO e ARAUJO (2006), o termo remanescente de quilombo indica a situação dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos e é utilizado para designar um legado, uma herança cultural e material que lhe confere uma referência presencial no sentimento de ser e pertencer a um lugar específico. Este sentimento de pertença a um grupo e a uma terra é uma forma de expressão da identidade étnica e da territorialidade, construídas sempre em relação aos outros grupos com os quais os quilombolas se confrontam e se relacionam.

Por fim, quanto à terceira questão, que se refere à presença da população negra e remanescente de quilombos em território paranaense, é importante citar de início os dados do Censo Populacional (IBGE, 2000) que indicam a existência de 23% de negros no Estado do Paraná. Este percentual significativo, por si só, esclarece grande parte da questão, porém, mais que isso, nos alerta para o problema de fundo: como é possível produzir-se e manter-se em situação de quase “negação” de sua existência ou de invisibilidade um contingente tão expressivo da população?

O desenvolvimento da fase inicial de nossos trabalhos, as pesquisas apontou a existência de quase uma centena de comunidades negras rurais tradicionais no Paraná, localizadas em diversas regiões do Estado, litoral, regiões centrais, interioranas e de fronteira. Dentre elas podemos nomear as Comunidades Quilombolas de João Sura, Porto Velho, Córrego do Malaquias, Córrego das Moças, Córrego do Franco, Praia do Peixe, Sete Barras, São João, Três Canais, Estreitinho, Areia Branca, Varzeão, todas estas já auto-reconhecidas e situadas na Região do Vale do Rio Ribeira, região de mais baixo IDH do Estado, conforme

PNAD. Além destas, citamos as Comunidades Quilombolas de Invernada Paiol de Telha, Campina dos Morenos, Santa Cruz, Sutil, Serra do Apon, Limitão, Mamãs, Água Morna, Palmital dos Pretos e Sete Saltos, localizadas na região dos Campos Gerais e Faxinais (centro do Estado). No litoral, por enquanto, registramos a ocorrência das Comunidades de Rio Verde e Batuva, Por fim, as comunidades situadas nas regiões fronteiriças, especialmente do Paraguai e Argentina, como a Comunidade de Maria Adelaide, dentre outras.

De acordo com os referenciais conceituais adotados nesta pesquisa e pela contextualização histórico-social e étnico-cultural realizada, consideramos que estas comunidades são claramente identificadas como comunidades negras rurais quilombolas.

Pesquisas sobre a história do trabalho no Brasil indicam a existência na região do Rio da Ribeira e de seus afluentes, ainda em meados do século XVII, de empreendimentos de exploração de minas de ouro e outros metais preciosos. Nestes empreendimentos, a força de trabalho era marcada predominante pela presença de negros escravos, trazidos para estas terras do hoje Estado do Paraná, parte dos quais se refugiou e se embrenhou na matas da região, por aí permanecendo, muito antes que a atividade mineradora se deslocasse com o seu grosso de capitais (inclusive os escravos) para a promissora região das Gerais.

Justamente na região do Vale da Ribeira encontram-se ainda hoje muitas populações negras, nas cidades e no campo, em regiões remotas, remanescentes de quilombos e outras comunidades, que ao longo de três séculos foram, naquela região, se organizando, mantendo, renovando, produzindo e reproduzindo suas práticas culturais ancestrais.

## **5. Considerações Finais**

As condições historicamente enfrentadas pelas populações das comunidades negras tradicionais rurais do Brasil e, em particular do Estado do Paraná, denunciam uma reiterada situação de produção de invisibilidade, exploração e de violação dos direitos destas populações, submetidas à expropriação pela força do Capital e ausência do Estado. Este processo resultou em grilagem de terras das comunidades invadidas por posseiros e grandes empreendimentos do agronegócio e destruturação sócio-econômica e cultural. Na realidade atual estas populações resistem e reivindicam o atendimento pleno de seus direitos, tais como:

- direito à territorialidade, propriedade da terra; direito à proteção do meio ambiente e sustentabilidade; direito à moradia; direito à educação; direito à saúde; direito cultural; direito

à alimentação; direito ao trabalho; direito à igualdade; direito de não ser discriminado; direito de assistência jurídica integral; direito à participação política e exercício da cidadania.

A pesquisa bibliográfica, documental e os levantamentos da fase inicial da pesquisa realizados nas diversas comunidades negras rurais remanescentes de quilombos do Estado do Paraná possibilitaram produzir uma aproximação à história e ao cotidiano destas populações. Através dessas observações foi possível identificar os processos de desestruturação sócio-econômica e étnico-cultural que vêm se abatendo historicamente sobre essas comunidades. Revelou ainda os processos de resistência e de organização das comunidades quilombolas e da constituição de suas organizações locais, regionais e nacionais com vista à garantia de direitos e a reparação social como processo de luta pela garantia da qualidade de vida autônoma, sustentável e comunitária que valorize e preserve as tradições, saberes e práticas da identidade afrobrasileira.

### **Referências Bibliográficas:**

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. **Terras de Preto, Terras de Santo, Terras de Índio: posse comunal e conflito**, Humanidades, ano IV, n.15, Brasília, UNB, 1988.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo. **Territórios das comunidades remanescentes de antigos quilombos no Brasil** – primeira configuração espacial. Brasília, Mapas Editoras & Consultoria, 2000.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília, 1988.

BRASIL. **Decreto n. 4.887**, de 20 de novembro de 2003. Brasília, 2003.

BRASIL. **Documento Base para a III CONSEA-2007**. Disponível em <[www.planalto.gov.br/CONSEA](http://www.planalto.gov.br/CONSEA)>, acesso em 09.03.2007.

**COMITÊ** Universitário contra a ALCA. **Chega de foguetes e satélites ... queremos viver aqui. Na terra**. São Luís, Editora ContrAlca, s/d.

CRUZ, Magno José. A epopéia dos guerreiros balaios na versão dos oprimidos. In: **A guerra da Balaiada**. Centro de Cultura Negra do Maranhão e Sociedade Maranhense de Direitos Humanos. Coleção Negro Cosme, São Luís, 1998.

**DENÚNCIA** contra o Estado Brasileiro. Os representantes das Comunidades de Samucangaua et Alli. São Luís, mimeo, 2001.

FUNDAÇÃO PALMARES. **Relatório das Comunidades Quilombolas no Brasil**. Brasília, 2006.

IBGE. **Censo Populacional**. Brasília, 2000.

JANEIRO, Maria de Lourdes & FERNANDES, José Manoel. Um percurso da arquitetura açoriana – do arquipélago ao Brasil. In: **Anais da 2a. Semana de Estudos Açorianos**. Florianópolis, Ed. UFSC, 1989.

LIMA FILHO, D. L.; ARAUJO, M. S. G. Tecnologia aeroespacial e desestruturação sócio-cultural nas comunidades quilombolas de Alcântara. In: **Revista Tecnologia e Sociedade**, n. 2, PPGTE, Curitiba, 2006.

**RELATÓRIO** da Missão da Relatoria Nacional do Direito à moradia adequada e à terra urbana. A situação dos direitos humanos nas comunidades negras e tradicionais de Alcântara. São Paulo, Instituto Polis, 2003.